

Fernando Molica

Os chateados-gerais da República

Deu nos jornais que ministros do Supremo Tribunal Federal e senadores — entre eles, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP) — andam chateados, capazes até de recuperarem a hashtag #chatiados que fez sucesso em redes sociais.

A irritação no STF seria com o presidente da corte, Edson Fachin, que falou o óbvio: 1. juízes podem errar e precisam responder por isso; 2. quem age de maneira não ética precisa repensar suas atitudes. Alguém seria capaz de discordar dessas singelas observações?

Já Alcolumbre estaria magoado com o presidente da República porque este não lhe avisou que enviaria para o Senado a indicação de Jorge Messias para o STF. Outros senadores ficaram revoltados porque Lula, em entrevista, disse que senador pensa que é Deus por ter mandato de oito anos.

Se suas excelências fizeram beicinho porque consideram que houve indelicadeza por parte de Fachin e Lula, imagine o tamanho da nossa indignação, nós que pagamos os salários de todos os citados nos três primeiros parágrafos deste texto.

Um ministro do STF — Dias Toffoli — manteve em sigilo durante um bom tempo que havia sido sócio de resort no Paraná; foi ver a final da Libertadores ao lado de um advogado do grupo Master, ambos, de carona num jatinho de empresário.

Segundo a Folha de S.Paulo, Alexandre de Moraes, outro integrante da corte, viajou oito vezes em jatinhos de empresas ligadas a ex-diretores do Master. Mulher de Moraes, a advogada Viviane Barci de Moraes, diz que seu escritório alugou serviços de táxi aéreo. Sua banca era a que recebia R\$ 3,3 milhões mensais do banco. Já o filho do ministro

Nunes Marques recebeu pagamento de consultoria paga pelo Master e pela JBS.

Os ministros da suprema corte já deveriam ter notado que os problemas que afetam a credibilidade da suprema corte foram criados por eles, não por Fachin, que apenas verbalizou — de maneira educada e até contida — o pensamento de qualquer cidadão. Diante de um incêndio que eles mesmos provocaram, integrantes do STF parecem mais preocupados com o tipo de ruído produzido pelo alarme.

Alcolumbre tem todo o direito de discordar de Lula. Mas, no caso da indicação de Messias, agiu de maneira muito mais condenável que o presidente. Claro que essa história de escolher amigos de fé, irmãs camaradas para o STF é péssima, mas a Constituição diz que isso é prerrogativa do presidente da República, não do presidente do Senado. E Alcolumbre fez de tudo para impor seu favorito. Birra por birra, imagine a dos servidores do Amapá, que viram R\$ 400 milhões de seu fundo de pensão virarem pó em papéis do Master. O governador do estado é aliado de Alcolumbre.

Já senadores demonstram uma fúria divina ao serem comparados a Deus — logo eles que, em dezembro passado, deram benefícios celestiais a funcionários da Casa. Deveriam ficar orgulhosos com o reconhecimento de seu poder e, mesmo, independência (vale lembrar que Darcy Ribeiro, logo depois de assumir seu mandato, disse que o Senado era o Céu).

Ministros do STF e senadores, são poderosos, têm o sagrado direito de contestarem suspeitas e até de ficarem meio magoados. Mas, caramba, não transformem questões pessoais em crises institucionais, vocês têm mais o que fazer.

Tales Faria

Lula já vê Messias com votos para o STF e encara Alcolumbre

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou à conclusão de que o advogado-geral da União, Jorge Messias, já tem votos suficientes para sua indicação como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) ser aprovada pelo Senado.

Com base nessa avaliação, Lula acha que já é hora de colocar um ponto final na queda de braço com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), em torno da vaga aberta em outubro do ano passado com o pedido de aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso.

O presidente do Senado tentou emplacar para a vaga o senador por Minas Gerais Rodrigo Pacheco (ex-PSD e agora PSB), mas Lula queria Pacheco como candidato a governador, o que foi anunciado nesta quarta-feira, 1º de março.

A indicação formal de Messias também ocorreu nesta quarta-feira após o envio ao Senado da mensagem presidencial. Por causa da resistência de Alcolumbre, Lula segurou a mensagem por quatro meses após ter anunciado a opção pelo advogado-geral da União, em novembro do ano passado.

“A bola agora está com o Alcolumbre”, disse Lula a interlocutores. Segundo ele, se o presidente do Senado quiser derrubar a indicação de Messias, ele terá que assumir “as consequências”.

Primeiro, junto aos demais ministros do STF, cuja maioria tem um relacionamento muito bom com Alcolumbre.

Hoje é a este grupo que o presidente do Senado começa a incomodar ao não marcar a data para a sabatina, atrasando o preenchimento da 11ª vaga da Corte. Enquanto o novo ministro não tomar

posse, aumenta a quantidade de casos distribuídos aos demais dez atuais titulares do Supremo.

O atraso recorde na sabatina também já desagrada aos próprios senadores. Até o maior partido da oposição, o PL de Jair Bolsonaro, já apoia a indicação de Messias, graças ao trabalho da bancada evangélica mobilizada pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e pelo ministro do STF André Mendonça, também evangélico.

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, já dá como aprovado o nome do advogado-geral da União pelos senadores. “Eles têm maioria no Senado. Têm maioria. Aprova. Pode escrever. Aprova. Eles não têm o que falar do Messias”, disse em entrevista recente.

Messias é diácono da Igreja Batista. Frequenta cultos desde pequeno no Recife, incentivado pela mãe, também evangélica. Os evangélicos têm grande proximidade também com a comunidade judaica. Alcolumbre é judeu praticante, mas ele atribuiu a outro judeu, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (BA), o lobby contra a indicação de Pacheco para o STF.

Wagner é o parlamentar mais próximo de Lula no momento. Sempre soube que Lula não indicaria Pacheco para o STF porque o queria como candidato a governador. Por isso, o líder trabalhou em favor de Messias, que foi seu assessor. Agora ele espera conseguir acalmar Alcolumbre.

Tem a seu favor o interesse do presidente do Senado no apoio de Lula a seu candidato à reeleição no Amapá, o governador Clécio Luis (União Brasil), que está sendo superado nas pesquisas pelo prefeito de Macapá, Dr Furlan (PSD).

Vinícius Lummertz*

O que o Brasil quer ser? Nobody knows

Nos esquetes do Saturday Night Live, o comediante Nate Bargatze interpreta um George Washington que responde a perguntas sobre o futuro com absoluta convicção, mesmo quando tudo parece arbitrário.

“De que serão feitas as salsichas?”

Nobody knows.

“Por que o futebol americano será jogado com as mãos?”

Nobody knows.

Sobre pesos e medidas, não pounds, yards, inches, nobody knows. E como se soletrará Fahrenheit, idem, nobody knows.

Na prática, George Washington e os Founding Fathers estavam, sim, sem garantias, construindo o “American Dream”.

Já o humor pode viver na segurança diante do absurdo. Há sempre uma resposta.

No Brasil, o problema é outro.

Quando fazemos a pergunta mais importante, não há resposta.

“O que o Brasil quer ser?”

Nobody knows.

E isso não é falta de capacidade. O Brasil realizou feitos relevantes nas últimas décadas, quase sempre por esforços hercúleos, morro acima. Tornou-se potência agrícola, construiu setores importantes e acumulou reservas internacionais.

Mas o resultado agregado é desconcertante. Quanto crescemos, de fato, nos últimos vinte anos? Já estivemos entre as oito maiores economias do mundo. Hoje orbitamos a décima primeira posição. Não houve colapso, é claro, mas houve perda relativa. Outros avançaram mais porque sabiam onde queriam chegar.

O Brasil não definiu isso. Continuamos como país do futuro.

Queremos ser uma potência agroindustrial completa?

Um líder global em energia limpa?

Uma economia entre as quatro maiores do mundo?

Um país inovador e tecnológico?

Um país de povo desenvolvido e próspero?

Um país digno para todos viverem melhor?

E como fazer isso sem explicitar mudanças e reformas perenes?

Nobody knows.

Sem essa resposta, o país perde direção. O curto prazo deixa de ser meio e vira o próprio fim.

O cientista político Bolívar Lamounier descreveu esse fenômeno como presentismo: uma política capturada pelo imediato, incapaz de organizar o futuro. O Brasil reage, mas não projeta, vai pelas urgências, mas não constrói trajetória clara.

Isso aparece nas vulnerabilida-

des. Não há como pensar em grandes escalas pensando só no curto prazo, que é o meio da caminhada.

Somos potência agrícola, mas dependentes de fertilizantes.

Temos reservas, mas juros elevados.

Temos escala, mas infraestrutura insuficiente.

Temos base produtiva, mas baixa inovação.

E há um ponto ainda mais sensível: a defesa.

O próprio ministro José Múcio Monteiro tem afirmado que o país investe pouco nas Forças Armadas e enfrenta limitações operacionais. Um país de dimensão continental não estruturou uma política de defesa compatível com seu tamanho.

Mais uma vez, não é falta de diagnóstico. É falta de prioridade.

O contraste internacional é evidente.

Os Founding Fathers, liderados por George Washington, como dito, construíram desde o início uma visão clara do país, associada à ideia de excepcionalidade e ao chamado destino manifesto. Ao longo do tempo, os Estados Unidos também consolidaram uma ampla classe média como base de seu mercado e de sua estabilidade.

A China, por sua vez, estruturou um projeto de longo prazo: de 1949 a 2049, um ciclo de cem anos para se afirmar como potência global, também apoiado na expansão de sua classe média.

O Brasil não construiu equivalente. Não é nosso objetivo nacional explícito. E por que não?

E isso chama atenção, não pela falta de potencial, mas pela ausência de ambição organizada.

Um país de mais de 200 milhões de habitantes, território continental, recursos abundantes e, ainda assim, sem resposta para sua pergunta central.

“O que queremos ser?”

Nobody knows.

Essa talvez seja hoje a maior vulnerabilidade brasileira.

Não a falta de recursos.

Não a falta de talento.

Mas a falta de direção.

Sem direção, decisões não se acumulam, reformas não se sustentam e o país melhora em partes, mas não muda de patamar.

A conclusão é simples.

Um país que não sabe o que quer ser não sabe o que fazer e não tem seu povo executando a promessa coletiva na prática.

O que o Brasil quer ser?

Nobody knows.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**